

UM ENSAIO EM ANÁLISE DO DISCURSO: “O DISCURSO DO EXPURGO OU O FRACASSO DO PODER”

Maria Clara Teles
Universidade Federal do Amapá

*“... é verdadeiro para cada um aquilo
que lhe parece verdadeiro; para um, será
tal coisa, para outro, a coisa contrária, se
essa coisa lhe parece verdadeira.”*
(Husserl. Investigações Lógicas, p.12)

No meio do caminho

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.*
(Andrade, 1930, p. 12)

- **RESUMO:** Este trabalho é uma reflexão, na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD), sobre o discurso pedagógico-religioso dos internatos da década de 60. Releva a necessidade e a importância daquelas instituições de ensino, põe à mostra a forma opressiva da então chamada educação integral. Tendo como ponto de partida o discurso das freiras que conduziam a educação daquela época, trata da relação educador/educando num sistema de ensino autoritário ligado às considerações da história do momento político brasileiro: o da ditadura militar.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Autoritarismo, Discurso, Educação.

1 Apresentação

Nas décadas de 50, 60 e até 70, a burguesia brasileira dispunha de Instituições Religiosas que se propunham a ministrar em regime de internato uma “educação integral” a meninos e meninas, moças e rapazes que, obedecendo a decisões dos pais, eram retirados da convivência familiar e enviados àquelas *instituições*. Meninos e rapazes eram entregues a padres ou “irmãos”; meninas e moças eram colocadas sob a tutela das freiras ou “irmãs” e, quase sempre, só retornavam a suas casas em período de férias.

A “educação integral” era realizada por meio de aulas, e o conteúdo programático de cada disciplina era imposto por “instâncias oficiais e superiores” – acrescidas de práticas esportivas, aulas de canto, de “etiqueta”, de bordado, de língua estrangeira (quase sempre o francês) e podia-se optar por algum instrumento musical, geralmente violino ou piano. A tudo isso se juntava o ensino (e a prática) religioso, intenso e obrigatório.

Aquelas Instituições Religiosas desempenhavam um papel bastante relevante, pois eram a única possibilidade de estudo para os filhos de famílias de classe média (alta) que residiam em cidades que não possuíam um Curso Ginásial satisfatório e muito menos um Curso Normal, Científico ou Clássico, que corresponderiam hoje ao 2º grau. Com elas a “elite” tinha acesso à educação, ainda que a preço de ouro.

Nestes colégios, a “lista de espera” para uma vaga era sempre enorme. Ser *interno* ou *interna* conferia um caráter de “importância” à pessoa, que era vista com admiração ou com inveja pelos moradores de sua cidade de origem.

Por acaso, contra a minha vontade, estudei em alguns destes colégios. Tirei sempre boas notas, aprendi ensinamentos úteis, assimilei o que julguei importante. Não bordei, mas pintei e costumava esquecer o mundo quando estava ao piano.

O que mais me inquietava, entre tantas inquietações que tinha, era o fato de, nas minhas férias, nem meu pai nem

minha mãe me perguntar sobre o que se passava por lá. A princípio pensei ser falta de interesse. Depois vi que era excesso de confiança: nada a perguntar, pois as freiras é que sabiam educar.

Por não possuir elementos suficientes que me permitam caracterizar a estrutura familiar e sua forma de interrelacionar-se e por não conhecer a conjuntura educacional da década de 50, prefiro não me referir a ela, saltando para os anos 60, repletos de significância: a juventude inscreveu na história as suas convicções, foi agente de transformações e, no confronto de valores, estabeleceu sua identidade, concebeu sua própria linguagem e produziu seus próprios sentidos.

O golpe militar de 64 trouxe o silêncio da opressão, a censura, a interdição da palavra que, todavia, não calou o interlocutor, mas impediu-o de sustentar seu discurso, criando um outro: o da resistência.

Nesse contexto de mudanças, de transformações de sentidos é que foi produzida a carta transcrita a seguir, representativa do *discurso pedagógico-religioso* de uma educação que se pretendia integral, ministrada nos *internatos*, àquela época.

A análise que dela farei é bastante tímida – fruto da exigüidade do tempo – embora reconheça-a como uma fonte riquíssima de fatos passíveis de serem abordados pela “análise do discurso”.

O poema de Drummond, intitulado “No meio do caminho”, ilustrativo deste trabalho, foi escrito em consequência de sua expulsão de um colégio. Desse acontecimento ele nunca se esqueceu: foi “uma pedra no meio do (seu) caminho”.

E eu, durante esses longos anos que me separam de 1966, carreguei comigo aquela carta que, dirigida a meu pai, precedeu minha expulsão também de um colégio. Ela encerra um mundo de contradições e de conceitos (que compunham o discurso daquela Instituição) gerados por uma “rede” de poder

absoluto e, portanto, inquestionáveis, numa estrutura que nunca consegui aceitar e contra a qual me rebelei.

Nesse espaço de tempo, tentei analisar aquele discurso: o máximo que consegui foi interpretá-lo.

Ao contrário de Drummond, “a pedra” no meu caminho eram os internatos. A expulsão representou a retirada de todos os obstáculos, de todas as “pedras” e a possibilidade de fazer parte de um mundo real, concreto, povoado por pessoas de ambos os sexos, de todas as cores, de muito, pouco ou nenhum poder aquisitivo. Ela representou uma vitória: a conquista do direito de ser, de ter existência própria e de realizar um sonho aparentemente “infantil”: o de estudar num colégio público, estadual.

De sua “pedra” Drummond fez um poema. Ao ver retirada a minha “pedra”, fiz uma estrofe que, com muita alegria, deixei sobre a mesa da Madre Superiora:

*“Cheguei sem ser convidada
Sai sem me despedir
Aqui eu deixo saudades ...
Saudades não levo daqui.”*

Hoje, através de uns poucos conhecimentos sobre a *análise do discurso*, utilizo-me daquela carta e transformo o seu discurso no objeto deste meu trabalho, não sem os temores e a insegurança de quem ingressa por um caminho fascinante, pois este é ainda muito pouco conhecido.

Buscarei analisar o discurso das freiras que conduziam a educação daquela época, sem, no entanto, enveredar pela relação discurso-comportamento, nem tampouco chegar à forma com que os educandos produziam os seus sentidos numa estrutura de força e poder.

2 Texto-referência do discurso: objeto da análise

2.1 Envelope



2.2 Texto

1
 Ginásio Nossa Senhora do Carmo
 Almorós - Minas Gerais 12.7.66
 Maria Clara

Pezado Sr. Marcos Teller
 L. J. C.

Junto a esta segue o boletim da Piti-
 nla. O da Maria Clara não foi devolvido
 à Secretaria.

Faz dias estou me preparando para lhe
 escrever.

Talvez o Sr. esteja que eu lhe escreva
 em vez de lhe falar pessoalmente.

Para mim, porém, é mais fácil desin-
 cuambra-me por escrito desta maneira.

É sobre a Maria Clara que venho lhe falar.
 Não que seja conveniente o Sr. pensar
 nestas coisas que ela, porque infelizmente,
 não exerce mais sobre ela, ações
 educativas.

Quá sei porque motivo, a Maria Clara
 não aceita as Lições, recebendo com
 ar de irônica superioridade as admo-
 nições e conselhos.

O Sr. bem compreende que não pode ha-
 ver ação educativa quando não há con-
 fiança do educando em seu educador.

E a Maria Clara não tem confiança

2
 Ginásio Nossa Senhora do Carmo
 Almorós - Minas Gerais

nas Lições e nem lhe tem amizade.
 Pelo contrário, cada dia mais ela se distan-
 cia de nós.

Não tomamos esta atitude antes, porque:

- 1º - queremos muito bem à Maria Clara;
- 2º - tínhamos esperança de que, com o tem-
 po, ela receberia melhor a formação
 que procuramos dar às nossas alunas.

Infelizmente, porém, verificamos que cada
 dia ela se torna menos acessível e, em
 vez de melhorar, vemos, com penas infinitas,
 que ela regrediu.

De acordo o fator "liderança". Ela exer-
 ce uma influência muito grande sobre as
 companheiras que, na sua companhia, costumam
 fazer falta de respeito e desobediência às Li-
 ções e ao Regulamento do Colégio, dificul-
 tando muito a disciplina.

Quero deixar bem claro que é com muita
 pesar que tomamos esta deliberação.

Queremos, porém, muito bem à Maria
 Clara e, em consciência, não podemos
 continuar nesta situação.

Quanto, mesmo, que uma mudança
 de ambiente se lhe dá muito benéfica.

3 Ginásio Nossa Senhora do Carmo
Aimorés - Minas Gerais

Confio na compreensão do Sr. na retidão de seus juízos; em seu espírito esclarecido e espere que tome as providências necessárias.

Quanto à Ritinha, não temos nada de que nos queixar. Continua boa, aplicada e amiga das Irmãs. Sente-se no Senhor.

Irmã Maria Calixta

3 Introdução

Onde e quando quem é o quê (apenas um esboço histórico)

O discurso que analisarei está inserido neste texto, em forma de carta, dirigida ao Sr. Mário Gomes Telles pela Madre Superiora da Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora do Carmo, situada na cidade mineira de Aimorés. No Vale do Rio Doce, Aimorés faz divisa com o Estado do Espírito Santo, mais precisamente com a cidade de Baixo Guandu, onde residia o Sr. Mário Telles.

Naquele colégio, em regime de internato, estudavam duas filhas do Sr. Mário: uma, a Ritinha, outra a Maria Clara.

Pela proximidade dos dois municípios e pela constância com que o Sr. Mário visitava as suas filhas, criaram-se entre ele e algumas Irmãs laços de confiança mútua, em que prevalecia a informalidade.

No decorrer do tempo, tornou-se ele (mas não só ele) uma espécie de “provedor” do colégio: bois para leilões, novilhas para bingos, contribuições para construções, frutas para o dia-a-dia. De porte “aristocrático”, de personalidade “forte”, culto e agradável, era visitado pelas freiras, com quem batia longos “papos” e em suas visitas ao colégio era muito bem recebido e até aguardado para uma boa conversa.

Dentre as freiras que mais se identificavam com ele, estava a Irmã Maria Calixta, mais tarde promovida e elevada à categoria de Madre Superiora daquele colégio. A ocorrência desse fato coincidiu com a viuvez do Sr. Mário Telles, que agora possuía um motivo a mais para manter ali as suas filhas: Ritinha e Maria Clara.

A Ritinha jamais foi capaz de transgredir uma norma, de discutir uma ordem, de participar de movimentos coletivos. Não era sequer merecedora de atenções por parte das Irmãs, a quem não causava nenhum tipo de preocupação. A Ritinha era ponto pacífico. Se causava problemas, era só para a Maria Clara: quando alguma das colegas “implicava” com ela, lá ia a Ritinha

a choramingar com a Maria Clara e lá ia a Maria Clara criar uma “encrenca” por causa da Ritinha...

Já a Maria Clara, uma das “melhores” alunas da classe, tocava piano, pintava, jogava vôlei, participava ativamente dos movimentos estudantis, era membro de um grupo de teatro amador... portanto, bem diferente: não se deixava levar por qualquer idéia, discutia a forma opressiva com que as alunas eram tratadas e só acatava as ordens que julgava pertinentes.

Ao ser transformada em Madre Superiora, a Irmã Maria Calixta precisava assumir o controle disciplinar das internas. Era uma época de grande turbulência social e as jovens alunas já não eram tão dóceis como se pretendia. O mundo evoluía. A televisão estava lá, ditando a moda, o comportamento... Ninguém conseguia controlar ninguém.

Foi então que, para impor sua autoridade e com a anuência das outras freiras, Madre Maria Calixta decidiu, para iniciar um processo de organização da Instituição que agora dirigia, *expulsar* a Maria Clara, uma adolescente de apenas 14 anos.

Seu gesto teve enorme repercussão: expulsava a filha do Sr. Mário Telles, “eminência parda” daquela região, símbolo de honestidade, viúvo e, para completar, a pessoa que nunca se negara a atender os “pedidos” das freiras. Por outro lado, desmontava os movimentos de “resistência” que não subsistiriam sem liderança.

Com aquele gesto, Madre Maria Calixta demonstrou coragem ilimitada e deixou claro que a ordem seria instalada naquele estabelecimento de ensino a qualquer preço.

4 De como o comprometimento conduz ao eufemismo ou as condições de produção do discurso

Iniciarei esta análise pelo *tipo de correspondência* enviada pela Madre Superiora do colégio ao pai da aluna que seria expulsa:

- uma carta informal, quase familiar, manuscrita, assinada intimamente por Irmã Calixta.

- no lugar da saudação formal que caracteriza as correspondências oficiais, havia: *prezado sr. Mário Telles*.

- no envelope, em vez de Ilmo. Sr., tratamento correto e recomendável, que estabelece o nível de formalidade, o sobrescrito: Exm. Sr., numa exaltação que provavelmente pretendia minimizar a contundência do que estava por vir.

O conteúdo da carta era indiscutível: a sua filha Maria Clara estava sendo expulsa daquele colégio. Só que essa comunicação foi feita de forma cuidadosamente trabalhada, em que o eufemismo circulou para não ferir o tipo de relacionamento que se transformou, ao longo do tempo, numa espécie de comprometimento.

Colocando-se numa posição de extremo incômodo diante da atitude que “forçosamente” teve que tomar, Irmã Maria Calixta foi dosando seu dizer numa rede de associações implícitas, utilizando-se de comentários, alusões, justificativas, não sem negar o domínio hierárquico do educador sobre o educando, numa determinação de provar que o conhecimento do *certo* e do *errado* pertencia à Instituição a que a Maria Clara fazia oposição, criando um ambiente de confronto impossível de ser suportado, já que interferia na proposta de uma educação onipotente, onisciente.

O enunciado “*queremos muito bem à Maria Clara*” foi repetido, mas a sua inserção em espaços diferentes conferiram a ele funções enunciativas também diferentes. A princípio veio justificar a tolerância que tiveram durante algum tempo permitindo sua permanência ali, numa demonstração de domínio

dos desígnios de sua existência: fora daquele colégio, que “futuro” poderia ter a Maria Clara? Depois, foi utilizado para fundamentar a deliberação de afastá-la: *“queremos muito bem à Maria Clara”... “cremos mesmo que uma mudança de ambiente ser-lhe-á muito benéfica”*. É o eufemismo operando no contraditório.

As melhores proposições ou intenções das freiras, como a “formação que procuravam dar às suas alunas” a Maria Clara respondia com indiferença e as “admoestações e conselhos” recebia “com ar de irônica superioridade”.

Contudo, a razão para o afastamento foi sendo, na formação discursiva, protelada: todos os “rodeios” que compuseram as condições deste discurso, os implícitos, os pressupostos, os significados dos enunciados, enfim, *tudo* foi posto para que a verdade surgisse sem denotar muita importância: o essencial sem essência; o significado sem significância. Num sistema educacional autoritário, que estimulava a passividade e o apagamento das identidades para que o poder se instalasse e circulasse soberano e absoluto, ninguém era “alguém” e todos eram o “conjunto”, com ações iguais, comportamentos iguais, idéias iguais e desta sincronia emanava o valor da Instituição: mestra na arte de “educar”.

Foi assim que, da forma mais breve possível, num discurso de construção do “outro”, foi posta a informação, não como determinante da ação desencadeada sob a rubrica do expurgo, mas como um simples elemento aditivo na incompletude do dizer:

“há ainda o fator ‘liderança’. Ela exerce uma influência muito grande sobre as companheiras que, na sua companhia, acham força para desrespeitar às irmãs e ao regulamento do colégio, dificultando muito a disciplina”.

Estabelece-se, assim, a relação entre “diferentes”. O sentido atribuído à “liderança” é ligado às considerações da história do momento político brasileiro: o da ditadura militar,

que só admitia sua própria liderança, ainda que exercida à força e que usou de todos os instrumentos para a repressão das idéias que não estivessem conformes com as suas.

Ao dizer que o “fator liderança” contribuiu para a expulsão da Maria Clara, o que fizeram? – Alinharam o preconceito de liderança à interpretação dada pelo “hoje” na história: símbolo de perigo, ameaça de confronto com as relações de força e de sentido – objeto a ser expurgado.

De acordo com Eni Pulcinelli Orlandi (1990, p. 250, 251) é *“o ser observado e o observar que trazem a espessura de uma história que já tem em si uma direção: a do superior para o inferior”*. O observado é a Maria Clara – o diferente – a reação. Quem observa está em posição de superioridade e a interpreta como algo a ser excluído, interditando-se a seu modo de significar.

Mas, o mais “aterrorizante” deste discurso está na enunciação de um veredito que, ideologicamente interpretado como universal, dá a impressão de sentido único, institucionalizado e admitido por todos como verdadeiro, e que poderia ser assunto de um “tratado”: *“... cada dia ela se torna menos acessível e, em vez de melhorar, vemos com pesar infinito, que ela regride”*

- Qual o sentido de tornar-se “menos acessível”?
- O que supõe o termo “melhorar”?
- Regredir, o que vem a ser?

Com “ares” de grande interesse pelo futuro da Maria Clara, e atribuindo-se um enorme sofrimento pela atitude que foi obrigada a tomar, Irmã Maria Calixta conseguiu, em suas formações discursivas e utilizando-se de um expediente com características familiares, fazer um jogo eufêmico, capaz de neutralizar o comprometimento com o Sr. Mário e de camuflar a força de sua autoridade na execução de um ato tão extremo: o da expulsão.

Mas, por trás de todos os recursos formais e das estratégias discursivas, e antevendo o “imaginário” do receptor, estava implícito que, por todos os “serviços” prestados pelo Sr.

Mário ao colégio, era necessário transformar aquela “bomba” pelo menos num “rojãozinho”. Daí o eufemismo que dominou o discurso.

5 Educador x educando: do “dito” nada se pode dizer

Todo discurso se produz em certas condições. Quem trabalha com linguagem sabe que ela é sentido que trabalha com a identidade: é história, é vida. Ao educador, cuja relação com a linguagem é mais profunda, caberia a tarefa ideológica de manter um discurso aberto e crítico com o objeto do seu trabalho: o educando.

Não se pode pensar a educação separadamente de outros aspectos: sociais, econômicos e culturais. Não podemos tentar a conceituação do pensamento crítico desvinculado dos outros fatores que formam a totalidade do fenômeno educacional.

A época local do discurso, que tento analisar, era de violência, de ameaça, de repressão, de luta pelo direito de ser. No mundo todo, profundas mudanças sócio-culturais se verificavam com uma velocidade nunca antes conhecida. Encontrávamo-nos num limiar cultural enfrentando crises imprevisíveis, só comparáveis àquelas que abalaram todas as estruturas na época neolítica, quando a cultura dos caçadores foi substituída por aquela dos camponeses e pastores.

No entanto, a educação mantinha-se num morno conformismo e a juventude estava entregue a educadores que sequer entendiam a linguagem dos jovens e, ficando-se ao lado da opressão, exerciam um papel altamente comprometedor em relação ao futuro.

Diante das contradições, é dever dos intelectuais, em que se incluem os educadores, fazer uma análise crítica e, se necessário, manifestar sua revolta em face delas. Cabe-lhes advertir, informar e chamar a atenção sobre a necessidade

urgente de adaptar à realidade os valores oficialmente consagrados.

Mas, observando o texto que serve de referência para o discurso pedagógico-religioso daquela época, verificamos a ausência absoluta das funções que deveriam ser exercidas pela *escola* através da relação *educador/educando*. Para Foucault, o discurso é um jogo estratégico e polêmico, de ação x reação, de pergunta x resposta, de dominação x esquiva e símbolo de luta.

“O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula o saber (o saber institucional) é gerador de poder, e utiliza-se de todos os procedimentos para eliminar toda ameaça à permanência desse poder”.

Dessa forma, o *educador* pôs-se a serviço da repressão, assumindo a ditadura, e os argumentos do seu discurso não admitiram réplica, embora não produzissem a menor convicção na consciência da maioria dos jovens.

A relação *educador/educando* era para *conter* discussões, para *persuadi-lo*, não para abrir-lhe espaço. Queria incessantemente expressar seu domínio, colocando-se como autor, locutor e sujeito de seu discurso, sem desconfiar da linguagem e crendo na suficiente virtude dela: jogo de símbolos organizados rigorosamente, sem dúvida, mas cuja interpretação fica a cargo de quem a ouve. Não descreve a realidade, mas sua elaboração final em conceitos que muito se distanciam da verdade. E sua imprecisão é intolerável.

A pluralidade dos homens e dos tempos é acessória. A *(des)educação* é sempre uma só. E assim cria-se a distância que conduz ao silêncio que sustenta o “não dito”, em que há palavras e há sentidos, e dentro dos sentidos há posições, que o *educando* não pode ocupar, que lhe são interditados pela ocupação do *educador*.

Os que pretenderam a inovação desta (des)educação, com a incursão do respeito à natureza própria de cada indivíduo e a defesa do *ser pessoal* que se daria por meio da *confiança* mútua entre *educando* e *educador*, que eliminaria o *impositivo*, e que pensaram numa realidade *real* a ser mostrada ao educando, que o conduziram à capacidade de refletir, de analisar criticamente e de agir em favor da mudança dessa realidade, esses foram interpretados como “objetos estranhos” e expurgados.

O distanciamento prosseguiu. O educando continuou silenciado e do *dito pelo educador nada pôde dizer*.

6 O discurso pedagógico-religioso dos internatos: monologismo ou dialogismo?

“Não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro”. (Todorov, 1981)

A partir da postulação de Todorov, o que dizer do discurso formulado nos colégios internos?

Bakhtin (apud Voloshinov, 1929) criticou Saussure por considerar a língua como um sistema monológico. Aquele só concebia o ser humano nas suas relações com o outro.

E aí se instalam as contradições ou, melhor dizendo, o paradoxo que envolve o discurso pedagógico-religioso dos internatos: monologismo e dialogismo podem existir simultaneamente num mesmo contexto discursivo?

Essas instituições sempre se revestiam de grande austeridade e em todas as ocasiões davam a conhecer o poder de sua autoridade e o completo domínio de todos os saberes. Desta

forma, não permitiam o diálogo que poderia resultar em questionamentos. A única consciência, a única verdade era a sua. A única (ou última) palavra era a sua. Assim, cultivavam o monologismo.

Mas, na perspectiva de Bakhtin, “*toda enunciação depende bivocalmente do locutor e do alocutário*” e o destinatário é que especifica a dialogização do discurso.

“Ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como um mero decodificador, mas como um elemento ativo, atribuindo-lhe, emprestando-lhe a imagem de um contradiscurso.” (apud Brandão, p. 53.)

Se a dialogização do discurso puder ser determinada apenas pela orientação que se volta “para os outros discursos” como processos constitutivos do discurso, poderemos reconhecer o dialogismo no discurso daquelas instituições. Se, no entanto, for preciso para a definição de dialogismo inserir a orientação voltada para o destinatário, seremos forçados a admitir que o discurso pedagógico-religioso dos internatos é apenas monológico, já que não admite e muito menos solicita a réplica.

A instituição é que fala. O destinatário do seu discurso é o educando que não possui, frente ao poder, o direito à palavra, vítima dessa relação que pretende o aniquilamento da identidade do indivíduo e empenha-se, com energia, em não reconhecê-lo como portador de sentido e gerador de idéias.

Ignorando a magia do diálogo, o discurso pedagógico-religioso dos internatos perdeu-se no tempo e no espaço e aos poucos transformou-se no que havia transformado muitos jovens: objeto de expurgo. Deve ser também por isso que os internatos são tão raros hoje em dia...

7 O efeito do ideológico no discurso do expurgo

O termo *ideologia*, criado pelo filósofo Destutt de Tracy, em 1810, na obra “Elements de Ideologie”, surgiu como

“sinônimo da atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as idéias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente”.

Opunha-se à Metafísica, à Teologia, à Psicologia, pois era interpretada como “ciência positiva do espírito” cujo método primava pela exatidão e rigor científicos.

Passando por Napoleão, Marx e Engels ao longo do tempo e de diferentes fenômenos históricos, é hoje o termo *ideologia* uma noção confusa e bastante controversa.

Ao analisar

“É sobre a Maria Clara que venho lhe falar.”

“Acho que seria conveniente o sr. pensar noutro colégio para ela, porque, infelizmente, não exercemos mais, sobre ela, ação educadora.”

“Não sei porque motivo, a Maria Clara não aceita as irmãs...”

“O sr. bem compreende que não pode haver ação educativa quando não há confiança do educando em seu educador.”

utilizei-me da interpretação de Paul Ricoeur acerca da ideologia, partindo do princípio de que “todos os discursos são ideológicos” e que é a linguagem a instância talvez mais significativa para a materialização da ideologia.

Da *função geral da ideologia*, preconizada por Ricoeur (apud Brandão, p. 24-28) destacaremos apenas dois traços:

– O que diz (pág. 25):

“Toda ideologia é simplificadora e esquemática. Inerente à sua função justificadora (grifo meu), a ideologia apresenta um caráter codificado para se dar uma visão do conjunto, não somente do grupo, mas da história e, em última instância, do mundo”. Por isso, “visando à eficácia social de suas idéias,

ela é racionalizadora e sua forma de expressão preferencial são máximas, slogans e formas lapidares, onde a retórica está sempre presente” (grifo meu).

A prática ideológica desse discurso constitui processos de significação que sobreleva o imaginário, pelo qual se rege a nossa sociedade, dele se utilizando para a consolidação de suas idéias e o alargamento de seu poder.

Para isso, serve-se de “formas lapidares” (“não exercemos mais, sobre ela, ação educadora”) e lança mão – magicamente em enunciados – de duas modalidades de discurso definidos pela Retórica: o *deliberativo* (“acho que seria conveniente o sr. pensar noutro colégio para ela”), cuja finalidade é persuadir ou aconselhar, e o *epidíctico*, para, no caso, censurar (“...não aceita as irmãs, recebendo com ar de irônica superioridade as admoestações e conselhos”). No interior desta linguagem, o objeto (o “alvo”) do discurso transforma-se em excrescência, ignorando-se o seu modo de significar e pretendendo o seu apagamento como *pessoa*, pois sua existência naquele contexto (ideológico) é contrária aos interesses da Instituição, que, obviamente, é representativa da classe dominante.

Ora, todo discurso depende das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe (embora não queiramos associar aqui a polêmica relação discurso-prática, tema altamente controvertido e que preferimos, neste momento, não “acordá-lo”, transferindo seu enfoque para um outro tipo de proposta) e representa tomadas de posição que são elementos potenciais com efeitos de identificação assumidos, que, no jogo da oposição, são formadores das sociedades e da própria história.

Outro traço da *função geral da ideologia* (Ricoeur, 1977) que aqui aplicamos diz que “A ideologia é (...) intolerante devido à inércia que parece caracterizá-la”. Inércia em relação ao aspecto temporal uma vez que

“o novo só pode ser recebido a partir do típico, também oriundo da sedimentação da experiência social”. “Nesse sentido, ideologia é conservação, é resistência às modificações. O novo põe em perigo as bases estabelecidas pela ideologia. Ele representa um perigo ao grupo cujos membros devem se reconhecer e se encontrar na comunhão das mesmas idéias e práticas sociais (grifo meu). A ideologia opera, assim, um estreitamento das possibilidades de interpretação dos acontecimentos (...) ela se sedimenta enquanto os fatos e as situações se transformam. (...)”

Nesse discurso, procuro entender como o sentido trabalha as suas direções. Na base desta reflexão procuro chegar à historicidade mesma do texto e, através de sua discursividade, apreender seu rumo: - É este um discurso sobre uma “aluna rebelde” de um colégio ideologicamente “conservador”, ou é um discurso sobre a juventude brasileira, que não aceita o que não entende, e que busca o conhecimento da vida através de questionamentos e de sua disposição de viver e de conquistar seu espaço, adquirindo identidade e, revestindo-se de significado próprio, procura ser o agente de sua própria história?

Com muita cautela, arrisco-me a sugerir que a *Maria Clara*, ao caminhar com e no tempo, ativou o caráter intolerante da ideologia, incorporou o atípico e, por trazer em si modificações de sentido, passou a representar o “novo”, que poria em perigo as bases, as idéias e as práticas sociais do grupo com o qual con-vivia. Desta forma, a *Maria Clara* desencadeou uma re-ação que materializou o (possível) discurso sobre a juventude brasileira, contra a qual se devia aplicar toda sorte de repressão, expulsando-a de colégios, expurgando-a das sociedades, calando-a, remetendo-a às insignificâncias, para depois inculcar-lhe a noção de passivo e de autoridade que, por ser hierárquica, deve ser aceita, e ponto final.

Nessa perspectiva, há um outro aspecto a examinar: se há jovens rebeldes – simbolizados no discurso pela *Maria Clara* e que, se multiplicados, colocariam em risco não só as

Instituições pedagógico-religiosas, mas modificariam a própria concepção de existir – a inclusão no mesmo discurso de outra “pessoa”, significativamente referida no diminutivo, para pressupor uma relevância de suas “qualidades” e a explicitação de laços de intimidade que denotariam as “afinidades” com o poder, atua como garantia de ascendência e de aceitabilidade, cujo efeito de sentido seria a constatação de que a Instituição permanece inabalável, inatingível.

Nesta trama ideológico-discursiva, *Ritinha* não é causa nem produto desse discurso (embora seja, no contexto da ideologia da Instituição, o protótipo do material fabricado nos estabelecimentos de ensino de formação religiosa) e, no entanto, é *Ritinha* que abre e é *Ritinha* que fecha o texto que contém o discurso. É através dela que se estabelece a “discrepância” entre dois domínios do pensamento e se configuram duas ideologias que se contrapõem. Utiliza-se a *Ritinha* e seus atributos em oposição à *Maria Clara*. *Ritinha* representa o bem, o certo. Nela a Instituição se realiza. *Maria Clara* representa o risco, o perigo, o desvio. Nela a Instituição fracassa. A primeira é preciso conservar. A segunda é preciso eliminar, expurgar, afastar, expulsar.

“Junto a esta segue o boletim da *Ritinha*. O da *Maria Clara* não foi devolvido à secretaria”. (1º parágrafo do texto)

“Quanto à *Ritinha*, não temos nada de que nos queixar, continua boa, aplicada e amiga das irmãs”. (Último parágrafo do texto).

Em

“... Infelizmente, não exercemos mais sobre ela, ação educadora”.

“... A *Maria Clara* não aceita as irmãs ...”

“... Não pode haver ação educativa quando não há confiança do educando em seu educador”.

“... Não tem confiança nas irmãs, e nem lhes tem amizade”

ainda utilizando-me da análise do conceito de ideologia proposta por Ricoeur, passei a outra instância: *A função de dominação*, onde o conceito de *ideologia* está ligado aos aspectos hierárquicos da organização social cujo sistema de autoridade interpreta e justifica.

“Toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se e, para tal, é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade. Como a legitimidade da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, surge a ideologia como sistema justificador da dominação”. (grifo meu) (apud Brandão, p. 25-26)

Neste ponto, a legitimação ou o reconhecimento da autoridade da Instituição, aí representada pelas freiras, não se verificou.

Se a aplicação de todas as formas de dominação ou de repressão não foram capazes de produzir efeito ou de operar transformações que demonstrassem o assujeitamento da *Maria Clara* às práticas ideológicas daquela Instituição, nada mais restava a não ser a aplicação da “pena máxima” ou o ato mais extremado do uso da força do poder: a sua expulsão.

“*Persona non grata*”, elemento capaz de subverter a ordem, e símbolo de perigo, sobretudo pelo

“fator liderança, (pois) exerce uma influência muito grande sobre as companheiras que, na sua companhia, acham força para desrespeitar e desobedecer às irmãs e ao regulamento do colégio, dificultando muito a disciplina” ...

No ato de *expulsar*, ficou caracterizado o *apagamento da contradição*. O fato em si difundiria a convicção ideológica que se perpetuaria e reforçaria a legitimação da autoridade como sujeito de dominação.

Nesse discurso de expurgo, se por um lado pretendeu apagar a perspectiva de resistência, não conseguiu ver acalmado e pacificado seu espaço próprio: a articulação entre suas formações discursivas e os sistemas não discursivos privilegiaram outros efeitos, e numa espécie de tiro saído pela culatra, e caindo na armadilha da linguagem, o *dizer* - cuidadosamente trabalhado, voltado para a reafirmação da solidez e perfeição de uma Instituição, cujo objetivo era a boa *“formação de suas alunas”* - foi suplantado pelo *dito*, que revelou o expurgo não como afirmação do poder de autoridade, mas como o fracasso de uma ideologia perversa, em que o poder estava a serviço do silenciamento, do desrespeito à individualidade e ao direito de “existir” ou de significar.

O *dizer* foi devorado pelo *dito* e aí o *discurso* (autoritário) *do expurgo* se transformou na constatação de *fracasso do poder*.

8 Conclusão

O termo *semântica* surgiu no fim do século XIX. Em um sentido amplo, a Semântica ocupa-se do *sentido*, deixando entrever que sua origem está ligada à Linguística e à Lógica e, pelo que abrange, podemos associá-la às preocupações mais antigas tanto de filósofos quanto de gramáticos e também às pesquisas linguísticas recentes, embora mais ou menos na primeira metade de nosso século tivesse havido hesitação por parte dos linguistas em reconhecê-la como parte da Ciência Linguística.

Para Pêcheux, a *“semântica é o ponto nodal em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e a Ciência das Formações Sociais”*.

A contradição que reconhece a língua como sistema ligada a um só tempo à “história” e aos sujeitos falantes delinea as pesquisas linguísticas atuais de formas distintas que determinam com clareza o objeto do que se chama *semântica*.

As significações de um texto se ligam às condições históricas e sociais deste texto, que constituirão suas próprias significações. O ponto em que são articulados os fenômenos ideológicos e os fenômenos lingüísticos é o *discurso*.

O estudo da linguagem não pode dissociar-se de suas condições de produção, se é a linguagem vista como “lugar de conflito”, de “confronto ideológico”. Partindo desta premissa, surge na década de 60 uma nova tendência lingüística, cujos estudiosos se voltam para a *análise do discurso*.

As bases teóricas para este trabalho que apresento foram buscadas na Escola Francesa de Análise do Discurso (AD), que foi influenciada pelo trabalho de Althusser sobre os “Aparelhos Ideológicos do Estado” e pelas idéias de Foucault em “Arqueologia do Saber”.

Neles, Pêcheux, um dos mais importantes estudiosos da Análise do Discurso, buscou as bases para seu trabalho científico, ou seja, dois conceitos nucleares para a formulação das teorias e metodologias que norteiam a AD: o de *ideologia* e o de *discurso*, respectivamente em Althusser e Foucault.

Partindo do princípio de que “o discurso mantém com a história uma relação dupla, sendo histórico por ser produzido em determinadas condições e por ser projetado no futuro, mas também porque estabelece a tradição e interfere em novos acontecimentos, explicitando seu funcionamento através da ideologia (vista aqui em relação ao poder)” (Orlandi, 1995) é que ousei ensaiar uma análise de discurso: o das instituições pedagógico-religiosas que mantinham alunos em regime de internato.

Durante o trabalho, tentei colocar-me no cernê de uma relação de confronto de sentidos, não para eliminar contradições, mas para apreendê-las e reconhecer nelas as condições sócio-históricas em que foram produzidas. Não pretendi extrair do texto (referência do discurso) um sentido, mas sim revelar sua

historicidade e verificar a “relação de sentidos” que nele se estabelece.

O texto, utilizado como referência do discurso, é complexo e apresenta muitos e muitos aspectos que poderiam ser explorados. Para tanto, necessitaria de um tempo e de um domínio teórico muitíssimo maiores, que infelizmente não pude dispor.

Sem outro objetivo que não seja o da satisfação pessoal, retomarei este trabalho (em um tempo que espero não tão distante) para analisar os pontos que hoje já detectei e que não pude abordar e outros que, sei, poderei descobrir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. Belo Horizonte: Abril, 1930.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1991.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito. Revisão técnica da tradução*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas*. São Paulo: Abril, 1975, p. 12.
- INDUSKY, Freda. *Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação*. ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística, Maceió, v. 19, p. 159, jul. 1991.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- . *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- . *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al.. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

TRONCA, Ítalo A. *Foucault Vivo*. Campinas: Pontes, 1987.